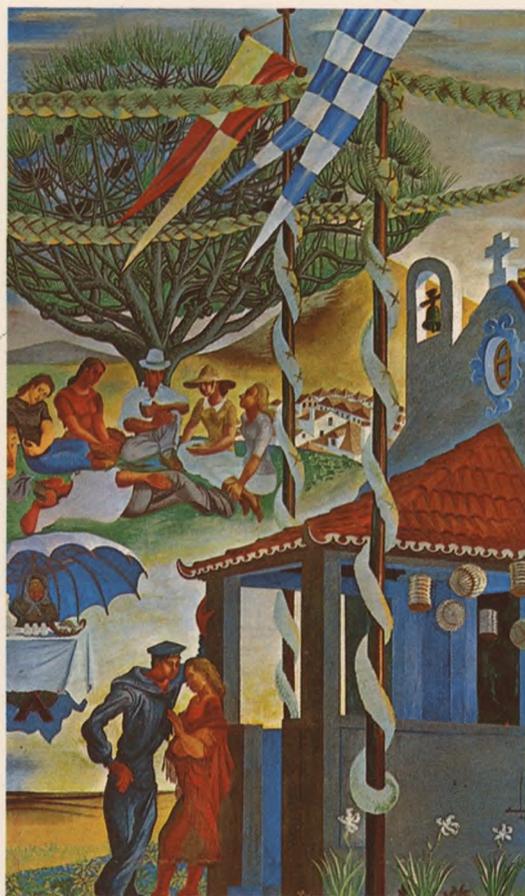


O SAGRADO E O PROFANO

HOMENAGEM A J. S. DA SILVA DIAS



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1987

ALMEIDA EM 1810

Primeira etapa de uma invasão improvisada

Nas investigações a que procedemos sobre a defesa das fronteiras portuguesas e em alguns estudos que publicamos sobre este assunto, no âmbito da história das Guerras Peninsulares, descuramos, até à data, um pequeno ensaio que, há já anos, nos veio parar às mãos. Não é fácil de explicar tal descuido, tanto mais que o título desse trabalho é bastante sugestivo: *Golpe de vista Militar sobre as nossas Praças de Guerra ou Influência destas na defesa das Provindas em que se acham situadas, e sobre os pontos que se deveriam fortificar para augmentar esta defesa*. O assunto a que se refere animou-nos a voltar a um tema que, embora por alguns estudado, aporta problemas que estão longe de estar resolvidos.

Referimos a questão de Almeida, como Praça Forte, no âmbito da 3.^a Invasão Francesa de Portugal. Necessitavam os franceses de se apoderar desse baluarte? O que ganharam com essa conquista? Almeida foi, como é sabido, ponto de partida para a penetração no país. Um trajecto foi delineado e executado, só após a tomada desse forte. Porquê essa opção, que parece contrariar a opinião da maioria dos estrategas? Esperamos, com a ajuda de algumas fontes, aclarar um pouco mais este capítulo da invasão de Massena.

Luis Antonio de Salinas, o autor do sugestivo título que mencionamos, é personagem de que pouco se conhece. Sabemos que mandou imprimir o seu trabalho em 1822, na cidade francesa de Bordéus, saindo à luz com as suas iniciais L.A.S. Publicara anteriormente, em 1821, em Paris, um *Pequeno*

* Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Manual do artilheiro na defesa das Praças de Guerra. Procurando no *Dicionário Bibliográfico Português* O¹), Inocêncio dá-nos notícias destes dois trabalhos e limita-se a afirmar, que se trata de um oficial de artilharia, do qual não possuía «mais notícias pessoais».

Consultámos as informações oficiais tiradas dos «livros de registo» (2). Este oficial é aí dado como natural de Linhares e como tendo entrado ao serviço, no regimento de artilharia de Estremoz, «com o posto de Sargento, sendo despachado 2.º tenente do dito corpo, por decreto de 24 de Junho de 1799, tendo 15 anos de idade» (3). Dá-nos, ainda, a notícia de se encontrar destacado no forte de La Lippe, em Julho de 1808, quando se retirou o exército francês de Portugal, após a 1.ª Invasão e termina por afirmar: «consta que foi para França». Temos, efectivamente, notícia da sua existência na Praça de Bourges, em França, em 15 de Setembro de 1814, com o posto de chefe de Batalhão da arma de artilharia (4). É natural a publicação dos seus dois trabalhos em França, por se tratar, naturalmente, de mais um dos oficiais que, servindo nos exércitos napoleónicos, incluído na «Legião Portuguesa», viu mais tarde dificultada a sua reentrada em Portugal.

A Praça de Almeida merece a este autor considerações, algumas das quais justificam que aí nos detenhamos um pouco. Partindo do princípio, aceite por muitos especialistas, de que Massena cumpria ordens estritas ao ocupar esta Praça ou, por outras palavras, aceitando que era dado obrigatório, no seu plano de entrada em Portugal, a tomada deste forte, como condição prévia para um posterior avanço dos seus exércitos até Lisboa, colocamos desde já uma questão (5).

C¹) Tomo V, p. 221.

(2) A.H.M.L. (Arquivo Histórico Militar de Lisboa).

(3) Por decreto de 4 de Outubro de 1800, passou a Quartel Mestre; por decreto de 14 de Novembro de 1802, passou a ajudante; por decreto de 17 de Dezembro de 1805, foi promovido a capitão da 2.ª Companhia do Regimento de Estremoz. H. Madureira dos Santos, *Catálogo dos Decretos do Extinto Conselho de Guerra na parte não publicada a pelo General Cláudio de Chaby*, volume V, Lisboa, 1965, pp. 420 e 554-584.

(4) P. Boppe, *La Légion Portugaise, 1807-1813*, Paris, Nancy, 1897, p. 514.

(5) «Não quero entrar em Lisboa presentemente porque não seria capaz de dar de comer a tama gente. O verão tem que ser passado e tomar Ciudad Rodrigo e depois Almeida. A campanha tem que ser dirigida metodicamente e não através de expedições desconexas», *Correspondência de Napoleão*, 16519. Napoleão para Berthier, 29-V-1810, XX, 447, 49.

Massena fazia-se acompanhar de oficiais portugueses, conhecedores da toponímia do país, da capacidade das suas praças, das dificuldades do terreno, dos dispositivos de combate que se lhe oporiam. Sabia pois, com certeza, quais as barreiras que se deparavam no caso de forte defesa desta Praça lhe roubar um tempo precioso, tendo em vista os seus objectivos primordiais. Sabia que 3 ou 4 meses de sítio constituiriam um forte obstáculo ao prosseguimento da marcha de um exército na época das chuvas, num país de más comunicações. Partimos pois, desde já, da hipótese que contava com a facilidade de transposição deste primeiro obstáculo em Portugal ou, então, não arriscaria. Teve, pelos vistos, razão pois a empresa saiu-lhe perfeita.

Luis Antonio Salinas, que nos parece bom conhecedor desta Praça, a ela dedica boa parte da sua obra, por a considerar como a «única que se conserva em toda a fronteira da provincia da Beira».

Se aceitarmos que um dos principais objectivos duma praça é o de servir de armazém, de depósito seguro, ao exército que cobre as fronteiras, proteger as operações deste e, sobretudo, assumir tal posição que o inimigo se veja obrigado a apoderar-se dela antes de penetrar no território, a fim de apoiar as operações e assegurar o bom caminho das suas tropas, verificamos, para já, dois defeitos salientes nesta praça.

Em primeiro lugar, Almeida está situada na margem direita do Rio Coa, distante cerca de meia légua da linha fronteira e, por isso, não deve servir de armazém de depósito a um exército que se destina, somente, a uma defensiva e cuja posição deverá ser na margem esquerda do referido rio. Não se entende pois, e para já, a exorbitante quantidade de defensores, munições e mantimentos, ali colocados pelos ingleses, com o risco de ficarem à disposição do inimigo. Admito, no entanto, que Wellington contava com essa praça Forte e com o seu rico recheio, não como baluarte de defesa perante Massena, mas para futuras acções de penetração em Espanha, ocupada pelo inimigo e em que as acções, tendo em vista a sua expulsão, ainda tinham um carácter incipiente. Aliás, esta hipótese é pouco provável, pois Wellington, durante esta campanha, jamais deu sinal de qualquer intento ofensivo, pelo menos nesta primeira fase de operações.

Ou podemos admitir que a Praça de Almeida estava destinada, com o poderoso dispositivo de defesa aí colocado, a «entretêr» o inimigo, dando tempo ao exército anglo-luso de defender a posição de Lisboa. Somos obrigados a colocar estes considerandos após a leitura de uma carta de Wellington,

dirigida ao Marqués de la Romana, datada de Celorico em 29 de Julho de 1810, muitos dias após a queda de Ciudad Rodrigo.

Em dado passo, afirma: «...Mais comme il parait pas que l'ennemi a vraitment l'intention de faire le siège d'Almeida...» ou «...l'Ennemi voie Almeida de prés. Mais je ne crois pas qu'il doit en faire le siège» (6). Em carta, ao mesmo General, escrita por Wellington, em 9 de Agosto afirma: «...L'ennemi a fait un depot auprès d'Almeida; et on dit qu'ils ont un rassemblement d'outil au Fort de la Conception, ce qui a l'apparence du siège» (7). Em 28 de Agosto, ainda, afirma a La Romana: «Je suis bien fâché d'avoir à vous faire savoir qu'Almeida a tombé. Je n'y comprend rien» (8).

A primeira tentativa do inimigo, afirma-nos também Luis Antonio Salinas, será cortar a comunicação entre o nosso exército e a praça, operação que lhe será difícil, ainda antes de forçar as nossas tropas a abandonarem a posição do Coa. Para o conseguir é suficiente que os seus postos avançados ocupem a margem direita do rio, se apoderem da ponte que está próxima da Praça, por ela não ser daí visível e estar, além disso, quase fora do alcance da artilharia.

Em segundo lugar, e seguindo Luis Antonio Salinas, a posição de Almeida é tal, que o inimigo não tem precisão de se amparar desta fortaleza, para se entranhar na Beira. Senhor da posição de Ciudad Rodrigo, pode dirigir-se, por Alfaiates e Sabugal, à cidade da Guarda e, daí, para o interior do país. Se julgar conveniente fazer avançar algum corpo de tropas, pela estrada que vai de Almeida, por Pinhel e Trancoso, não terá, também, dificuldade em fazer esse corpo atravessar o rio Coa, através da mencionada ponte, próxima da praça. A experiência, acrescenta o autor deste curioso folheto, demonstrou, na invasão de Massena, que a ponte não impediu que a vanguarda do seu exército obrigasse a retirar para a margem esquerda do Coa o corpo de tropas inglesas, sob o comando de Crawford, amparando-se da sua cabeça, antes, ainda, de começar o sítio a Almeida. Se os franceses encontraram dificuldades no dia em que investiram a praça, essas dificuldades provieram da boa posição que se encontra na margem esquerda do rio e não de qualquer influência da Praça.

(6) (S.H.M.M.) Servicio Historico Militar, Madrid. *Documentos Guerra de la Independencia*, Duque de Bailen, ano 1810, caja 21, Legado 26, Carpe;a 119.

(7) *Idem, Ibidem.*

(8) *Idem, ibidem.*

Almeida em 1810

Por tudo, conclui Luis Salinas, a Praça de Almeida não pode servir de armazém a um exército destinado à defesa da Beira pois, pela sua posição, não obriga o inimigo a uma indispensável necessidade desta praça, antes de se introduzir no interior. Por sua vez, as vantagens que ela oferece em caso de defensiva, são facilitar os meios de enviar pequenos corpos de tropa à descoberta dos movimentos do inimigo e albergar, no seu interior, as pessoas e os seus bens. Assim, os defeitos apontados no caso de um sistema defensivo são vantagens em caso de uma ofensiva. Perante esta última afirmação somos, ainda, mais induzidos a concordar com este autor e a duvidar do interesse estratégico em que Massena tanto se empenhou ou em que foi induzido a empenhar-se e, com o qual, pouco ou nada ganhou. Bem pelo contrário, deu vantagens, traduzidas em tempo, ao exército que defendia Portugal. Além do mais, a exiguidade e os defeitos das forças armadas em Portugal, durante os séculos XVIII e XIX, nunca levaram os poderes instituídos, a pensar em acções que subentendessem uma passagem de fronteira e uma penetração em Espanha.

Aliás. Wellington também não toma nesta campanha atitudes defensivas. Devia temer perder uma acção militar desse tipo e recear as consequências políticas que tal lhe acarretaria. Tinha um plano que procurou conservar e não se deixou arrastar, nessa altura, a qualquer ataque em força. Em compensação, pôde dispersar os seus corpos de tropas ao longo da fronteira, até ao rio Douro. Massena deu-lhe uma «ajuda», ao perder tempo demasiado com a ocupação das praças de Ciudad Rodrigo e Almeida, mas não tanto quanto esperava, pois quando, tardiamente se apercebeu do ataque a esta última praça, jamais pensou em tão rápida queda ⁽⁹⁾.

Contava Wellington pois, com uma maior resistência de Almeida e conseqüente possibilidade de melhor assentar os seus planos. Não socorreu a Praça, como é bem conhecido, e apesar das afirmações expressas, nesse sentido, a La Romana, não creio que jamais o fizesse, quer por razões que atrás aduzimos e que jogam com o factor surpresa, quer por essa

⁽⁹⁾ S.H.M.M., *ibidem*. Em carta ao Marquês de La Romana expedida de Celorico, datada de 28 de Agosto de 1810, afirma em dada altura Wellington: «... voilà tout ce que je sais de ce coup, qui m'a été très inattendu et m'a fait beaucoup de peine. Le gouverneur m'a fait dire par télégraphe il y a quelques jours que l'Esprit de la Garnison etoit bon; et je sais qu'il a dit qu'il s'attendoit à 90 jours...».

defesa poder redundar em desastre ⁽¹⁰⁾. E urna derrota logo no começo da campanha, poderia levar o seu governo a retirar-lhe o comando das tropas portuguesas.

Aliás, muitos ingleses contemporâneos dos acontecimentos, não dão importância a Almeida, como defesa da fronteira portuguesa. As memórias publicadas na época são eloquentes. Seleccionamos, a título de exemplo, duas opiniões. Vejamos a de T. Goddard, escrita em 1812:

«Como a conquista desta Praça Forte não tem qualquer importância (no que diz respeito às verdadeiras fronteiras de Portugal) o conquistador de Almeida não fica, como tal, com mais certezas acerca da possibilidade de penetrar no coração do Reino. Existe um preconceito absurdo e inveterado.... que consiste em muita vezes sacrificar homens e dinheiro face a inúteis muralhas, apenas porque os antepassados dos nossos inimigos foram tão sistematicamente tontos que as resolveram fortificar» C¹¹).

Também num trabalho intitulado *Sketch of the campaign in Portugal*, de autor anónimo, se retira qualquer importância à posse de Almeida, tendo em vista o resultado final de uma campanha de invasão:

«O mesmo raciocínio aplicar-se-á em grande medida ao caso de Almeida, embora seja indiscutível que desde a localidade onde fica situada até à posição de Wellington, um movimento que tivesse sido feito para a apoiar, teria sido menos arriscado do que no caso anterior; e é possível que tal operação tivesse sido tentada, se a queda inesperada e acidental não o tivesse evitado. Valerá aqui a pena afirmar, no entanto, que também neste caso, a Praça de Almeida era de muito menor importância, no resultado final da campanha, do que tem sido, geralmente, pensado. Tinha, certamente, importância, na medida em que atrasava o progresso do inimigo e alongava a campanha; mas creio que todas as autoridades militares estão de acordo em considerar que a sua posse não apresenta vantagens decisivas para um exército que ataque Portugal. Portanto, embora tivesse sido desejável reter essa Praça, não valia a pena correr o risco considerável que implicaria tentar salvá-la» ⁽¹²⁾.

⁽¹⁰⁾ *Idem, ibidem.* «Je m'etois avancé encore une fois pour donner la Main à la place, si l'Ennemi m'en donnoit l'occasion.....»

^{C¹¹} T. Goddard, *A history of the campaigns of the British Forces in Spain and Portugal*, London, 1812, pp. 334-335.

⁽¹²⁾ *Sketch of the Campaign in Portugal*, London, 1810, pp. 13-14.

Massena escolheu ou aceitou a sugestão de alguns dos seus conselheiros, ao seguir a margem direita do Mondego como linha de operações, na sua penetração em Portugal. Tinha obrigação de conhecer as privações que iria passar o seu exército, atravessando regiões sem recursos e daí, poder ter pensado na necessidade de organizar uma base, que servisse de apoio na fronteira. Explicar-se-ia, assim, o afinco na posse das suas praças. Contudo, a sua tendência não foi garantia, nem sequer para estabelecer comunicações com a Espanha. Penetra num país devastado que, de forma alguma, lhe oferecia provisões, sem ter o cuidado de organizar uma linha de comunicação com a retaguarda.

Pensa, naturalmente, numa rápida chegada a Lisboa, num conseqüente embarque dos ingleses. Esquece as más estradas, que se alongavam por terrenos desabitados, sem qualquer escalonamento de depósitos de provisões e inicia, assim, um caminho, que pensava rápido e sem obstáculos, para chegar à capital. A obstinação na conquista das praças que de nada lhe vieram a servir, parece satisfazer a ordem de Napoleão e dar, apesar de tudo, a Wellington o qual contava com uma resistência maior de Almeida, tempo suficiente para reforçar as suas posições.

Não deixa de ser singular, como alguns autores sugerem, que Massena tivesse tido surpresas com o terreno que ia atravessar. Efectivamente, as inúmeras memórias e reconhecimentos efectuados por engenheiros franceses que, em Portugal, estacionaram na 1.^a invasão, e todo um conjunto de documentos, descritivos da toponímia do país e de pormenores sobre as suas características, entregues a Junot e, por ele, levados para França, não poderão fazer-nos concluir de outro modo⁽¹³⁾. Além do mais, Massena fazia-se acompanhar, como já afirmamos, de nacionais, homens que serviam na Legião Portuguesa, ao serviço da França e entre os quais, alguns, seriam bons conhecedores do terreno que iriam percorrer.

Estes oficiais serviam há três anos no exército de Napoleão e, pelas demonstrações de fidelidade apresentadas, «il crut pouvoir faire fond sur quelques'uns d'entre eux, au moins comme sur de précieux auxiliaires dans la nouvelle cam-

(13) para além das inúmeras memórias que encontramos no Archive de Vincennes, e que publicámos em *Manuscritos do Arquivo Histórico de Vincennes referentes a Portugal*, vol. I, II, III, Paris, 1971, 1972, 1983, há toda uma série de documentos elaborados a partir das campanhas de 1762 que Junot, pensando em futuras invasões, pôs a bom recato na sua bagagem, quando regressou a França.

pagne de Portugal qu'il allait entreprendre et cela d'autant plus, que nombre d'officiers supérieurs de la légion appartenaient aux plus grandes familles du Portugal, et pourraient, par leur influence, ou leurs connaissances de la topographie mal connue de ce pays, lui être de la plus grande utilité». Estas são as palavras concludentes dum «rapport», enviado a Napoleão, em 16 de Março de 1809 ⁽¹⁴⁾. Uma trintena de oficiais portugueses, entre os quais Aloma e Pamplona, faziam parte do Estado Maior de Massena ⁽¹⁵⁾. Qualquer destes oficiais, elaborara estudos de que se poderia ter servido o exército que, então, invadiu Portugal.

Detenhamo-nos, agora, nalguns estudos que, a serem consultados pelo Estado Maior de Massena, teriam mudado o decorrer e o desfecho desta 3.^a Invasão. Eles são demonstrativos de uma preparação prévia que devia ter Massena mas, ao que parece e por razões adiante focadas, não actuaram em seu favor. Por exemplo, a *Mémoire pour un plan de défense de la frontière des provinces septentrionales du Royaume de Portugal*, depositada em França, no Arquivo Histórico de Vincennes, poderia ter fornecido alguns elementos de valor a Massena ⁽¹⁶⁾. Aí, o autor procurou demonstrar quais as barreiras que, por sua natureza, impediam um ataque a Portugal e os espaços abertos que, facilitando essa entrada, se tornaria necessário defender. Crítica, por considerar antiquado, o sistema de defesa da Beira habitualmente seguido e que consistia na utilização do processo de cobertura da fronteira, por praças fortes. Na sua opinião, este sistema enfraquecia a linha de defesa do exército, porque multiplicava as guarnições, obrigando-as a defenderem uma região aberta, na qual, o inimigo poderá obrigar a um combate desigual. Para a Beira Alta, vê como única possibilidade de sucesso, no ataque inimigo, o espaço compreendido entre Sabugal e as margens do Douro, sobre o Coa. No caso da Beira Baixa, chama a atenção para Castelo Branco, lugar que terá que ser considerado como a verdadeira chave das Beiras. Pela natureza do país, o inimigo não poderá entrar nestas províncias sem se apoderar dessa localidade. Considera, assim, esta região importante, não só para a defesa da Beira Baixa e Estremadura como, também,

⁽¹⁴⁾ Citado por P. Boppe, *La Légion Portugaise, 1807-1813*, Paris, 1897, p. 137.

⁽¹⁵⁾ *Mémoires du Général Baron de Marbot*, tomo II, Paris, 1891, p. 382.

⁽¹⁶⁾ Antonio Pedro Vicente, *Memorias Políticas, Geográficas e Militares de Portugal (1762-1796)*, Lisboa, 1971, p. 151 e ss.

com influência na defesa do Alentejo, servindo, ainda, como ponto de apoio para operar ofensivamente contra a Espanha.

Crítica, para a defesa da Beira Alta, a utilização sistemática da Praça de Almeida, que dados os seus defeitos essenciais, obriga a uma defesa considerável e, por isso, não mais devia ser tida em conta, como uma chave da fronteira. Aponta Trancoso, como um ponto importante desta região, pelas características naturais do terreno onde se situa. A fortificação desta localidade «cobriria o vale que conduz a Coimbra e que abre a entrada da Estremadura, pelas encostas das montanhas». Crê, pois, ser mais eficaz e adequado a fortificação de Castelo Branco, na Beira Baixa, e Trancoso na Beira Alta do que a multiplicação de praças de valor insignificante para a defesa da região.

Também num estudo anónimo de 1767, *Mémoire géographique sur le Royaume de Portugal*, a propósito da entrada dos espanhóis na campanha de 1762, se afirma, com referência a Almeida «...le siège et la prise de cette place en 1762 par les espagnols a consommé un temps précieux, des vivres et de l'argent, le tout inutilement. La même chose arrivera toutes les fois qu'on voudra faire le même plan de campagne. Cette Place ne nuit ni ne sert en rien à l'entrée en Portugal» e, mais adiante «...une preuve que les portugais sont restés dans un principe d'ignorance et de fausseté sur la guerre contre l'Espagne c'est qu'ils travaillent à present a relever les fortifications de l'inutile Place d'Almeida....»⁽¹⁷⁾.

Maximiano José de Serra, engenheiro português, escreve uma *Memoria da Praça de Almeida* que também encontramos arquivada em França e à qual Massena poderia ter acesso⁽¹⁸⁾. O autor considera esta Praça pela sua colocação, num terreno que a ela conduz, bastante difícil de defender. Afirma, ainda, que as praças fortes são dispendiosas na sua manutenção e considera que as já existentes deviam servir para albergar tropas em tempo de paz e não para a defesa do país. Para essa defesa as melhores praças são os exércitos volantes, formados por tropas de linha.

Este mesmo engenheiro elaborou um *Itinéraire de la Province de Beira*, que Junot levou consigo, após a sua retirada de Portugal e, portanto, deveria também ter chegado ao

⁽¹⁷⁾ *Idem, ibidem*, p. 127 e ss.

⁽¹⁸⁾ António Pedro Vicente, *Manuscritos do Arquivo Histórico de Vincennes referentes a Portugal (1799-1802)*, vol. I, Paris, 1971, p. 193 e ss.

conhecimento de Massena. Aí, apresentou as distâncias em léguas, a partir das fronteiras da Beira, seguindo uma série de itinerários possíveis, em que supõe desvios por outras estradas e itinerários diferentes dos utilizados pelos franceses dando-nos, ainda, por vezes, as estradas a seguir de verão e de inverno para alguns dos trajectos. Ambos estes documentos são de 1801 ⁽¹⁹⁾.

August du Fay, oficial engenheiro de mérito, que trabalhava para o exército português e que, após a vinda de Junot, se colocou ao seu serviço, dá-nos um interessante estudo *Défensive entre Vila Velha et Abmntes*, sobre a defesa do país nessa região, caminho que poderia ter escolhido Massena se se dirigisse para Lisboa pela Beira Baixa e, aí, atravessasse o Tejo, seguindo a via de Junot que, como membro do seu corpo do exército, poderia, melhor que ninguém, aconselhar Massena nesse sentido ⁽²⁰⁾.

August du Fay oferece-nos outra memória que também se encontra em França, *Reconnaissance d'une partie de la Province de Beira, comprise entre Ponte de Murcella, Almeida, Lamego e Viseu*, datado de 1801 ⁽²¹⁾. Aí considera a fronteira da Beira Alta, parte compreendida entre o Douro e o norte da Serra da Estrela, uma área muito descoberta e, daí, perigosa no caso de desinteligências. A fortaleza de Almeida, tendo em vista a defesa deste espaço, é de pouco interesse, dado os defeitos da sua construção. Para ele Trancoso é posto importante que se situa perto do Mondego e é susceptível de uma boa defesa, pois comanda todos os arredores sem ser comandado, servindo, na sua zona, os caminhos da Guarda, Celorico, Almeida, Pinhel, Viseu e Coimbra.

Este laborioso autor dá-nos, ainda, uma terceira memória, assinada no Quartel de Viseu, em 1 de Junho de 1804, e dividida em duas partes. A primeira com o título *Défensive générale de la Basse Beira, entre Villa Velha, Fundão, Sabugal, la Frontière et le Tage* e a segunda escrita em português *Memoria colectiva a huma parte da Beira Alta chamada Cima Coa* ⁽²²⁾. Du Fay era nesta época coronel de Estado Maior, chefe de 2.^a divisão (entre o Tejo e o Douro) de Inspeção Geral das Fronteiras do Reino. Nelas estuda as possibilidades

⁽¹⁹⁾ *Idem, ibidem*, p. 201 e ss.

⁽²⁰⁾ *Idem, ibidem*, p. 213 e ss.

⁽²¹⁾ *Idem, ibidem*, p. 243 e ss.

⁽²²⁾ Antonio Pedro Vicente, *Manuscritos do Arquivo Histórico de Vincennes referentes a Portugal*, vol. II (1803-1806), Paris, 1972, p. 163 e ss.

da entrada de um exército inimigo na Beira, bem como as disposições, marchas e corpos próprios a impedi-la ou a tornar mais difícil essa entrada, sem expor as tropas. Fornece dados sobre os locais, suas vantagens, desvantagens e atributos. O inimigo que tivesse conhecimento destes estudos ficava informado de úteis indicadores sobre o número de habitações em cada povoação e vila, no âmbito designado pelo título da memória, além de ficar a conhecer as características sociais dos habitantes, locais próprios para alojamento das tropas, produção alimentar e vias de comunicação, com os principais locais das regiões visadas.

Mais estranho nos parece, ainda, o facto de Massena não ter, também, utilizado o elevado número de estudos, alguns de utilidade indiscutível, que Vincent, engenheiro francês que serviu no exército de Junot, levou consigo para França e os quais, na sua maioria, aí consultamos ⁽²³⁾. Trata-se de uma extensa relação dos mapas, planos, itinerários, memórias e documentos relativos à inspecção das fronteiras e costas de Portugal, que a este oficial foram enviados, a seu pedido, em 1808, pelo tenente-general De la Rozière, oficial contratado pelo Governo Português, em 1797. Pelas datas e outros elementos indicados nesta relação, verificamos tratarem-se de documentos não só elaborados por engenheiros franceses mas, também, por militares e engenheiros portugueses, ou estrangeiros ao serviço de Portugal. Esta preciosa colecção foi devidamente analisada pelo coronel Vincent e muita da informação aí contida, vem a ser utilizada na posterior acção militar dos franceses em Portugal, sob as ordens de Soult em 1809, tudo levando a crer sobre a sua utilidade na invasão de Massena. Entre estes inúmeros documentos aí se podem encontrar: *Carte topographique d'une partie de la Province de Beira, Place d'Almeida, Plan du Fort de la Conception, Croquis des Environs de Villa Velha, Carte Topographique du passage de Villa Velha et des environs, Carte du cours du Tage sous Ahrantes relative à Y établissement d'un pont, Plan d'Almeida*, pelo General De Chermont et un autre «remis par le Ministre Pinto», *Carte de la Frontière de la Beira*, pelo Major de Engenharia Maximiano Serra, *Itinéraire de la Frontière de la Beira* e, ainda, mais algumas memórias sobre Almeida,

⁽²³⁾ Sobre a actividade deste engenheiro em Portugal, veja-se o nosso estudo «Para a História da Engenharia em Portugal. Aspectos da actuação do Coronel Vincent (1807-1808)», *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, vol. V, 1972.

bem como a memória de Dumouriez, relativa a Portugal que, com tanto insucesso, parece ter sido utilizada nas várias invasões francesas (24).

É bastante sugestivo, neste conjunto, um *Rapport sur l'état de la route de Lisbonne à Almeida par Coimbra* elaborado pelo capitão de engenharia Boucherat. Efectivamente, é a única das memórias, entre a enorme quantidade que pode ser consultada no Arquivo Histórico de Vincennes, que se refere ao percurso seguido por Massena em Portugal. Na medida das dificuldades que apresenta, faria desistir qualquer exército que tivesse a veleidade de, por essa via, se arriscar no seu caminho até Lisboa. Ao serviço do exército de Junot, este engenheiro percorre, com efeito, nas suas linhas gerais, o itinerário actualmente utilizado por quem dirigindo-se de Espanha, segue pela estrada da Beira Alta. Aqui o autor, pormenorizando todos os pontos ou etapas que o exército poderia seguir, indica trajectos, distâncias e estado das respectivas estradas: «nature de pays, positions qu'il offre, ses productions et ses ressources». O que é mais curioso, e que deveria também ter servido aos exércitos franceses de que agora nos ocupamos é que, no trajecto entre Coimbra e Almeida, nos fala da inexistência de campos cultivados e, em quase todos os locais, da extrema miséria da terra e dos seus habitantes. Estes, sem bens próprios, «ne travaillent que pour les nobles et le clergé dont les possessions immenses sont en grande partie incultes». Naturalmente incivilizados, os camponeses, afirma Boucherat: «sont incapables de guider un voyageur jusqu'à deux ou trois lieues de leur habitation».

As minúcias deste «rapport», se tivesse sido consultado, daria boas lições a qualquer invasor sobre o país que ia atravessar pois o seu estado e dos seus caminhos, a sua natureza, as posições que ele oferecia, as suas produções e os seus recursos, são indicadores das dificuldades próprias deste trajecto (25). Este «rapport» é assinado em Lisboa, em 3 de Fevereiro de 1808. Na mesma data, Vincent que chefiava, como dissemos, o corpo de engenheiros do exército de Junot, escreve sobre Almeida: «A praça de Almeida é a única sobre o Coa que pode oferecer alguma protecção à província da Beira Alta mas deixando entre ela e Sabugal de 8 a 9 léguas cobre,

(24) António Pedro Vicente, *Manuscritos do Arquivo Histórico de Vincennes referentes a Portugal (1807-1811)*, vol. III, Paris, 1983, pp. 67 e ss.

(25) *Idem, ibidem*, p. 77 e ss.

necessariamente, pouco da fronteira nesse local. Parece que sem motivo foi colocada na margem direita do Coa, a uma distância tal, que as ravinas formadas entre ela e o Coa, facilitam singularmente as aproximações»⁽²⁶⁾.

Para além destas descrições que analisam os itinerários possíveis a um invasor, na sua entrada em Portugal, bem como a Praça de Almeida, temos mais uma, no estudo do capitão de engenharia Edmè Mairet que é, em muitos aspectos, coincidente com as anteriores, no sentido de desclassificar o interesse estratégico de Almeida, e a grande vulnerabilidade desse Forte. Assim, este oficial francês começa por fazer considerandos sobre a sua localização estratégica apontando-lhe diversos defeitos de concepção, entre os quais ser mal traçado nalgumas das suas frentes e pouco regular na distribuição das suas fortificações, o que o torna desequilibrado no aspecto de resistência. Foi escrita em 27 de Fevereiro de 1808⁽²⁷⁾.

José Maria Ferreira da Fonseca, um capitão de engenharia português, redige um estudo destinado ao Senhor Marechal Duque da Dalmacia e Governador Geral do Reino de Portugal: «Feito e oferecido em o anno de 1809, pelo mais obediente subdito». Dividida em duas partes, a sua memória topográfica e militar fornece indicação detalhada e exaustiva, de interesse evidente, para um exército invasor. Efectivamente, aí se descrevem não só as estradas principais e particulares, como também as maiores e melhores posições militares da fronteira da Beira, desde a Praça de Almeida até ao Rio Tejo, acrescentada com a descrição das estradas de Castelo Branco à vila de Abrantes, sua ponte de barcas e fortificação da mesma. Faz acompanhar a sua memória «das estampas necessárias para a sua melhor inteligência».

Aliás, o título desta memória é sugestivo: *Mémoire Topographique et militaire sur les communications, positions militaires et places fortes de la frontière du Beira depuis Almeida jusqu'au Tage*. José Maria Ferreira da Fonseca distingue as condições do terreno conforme as estações do ano, no verão ou no inverno, indicando, por exemplo, que a navegação no Tejo, entre Vila Velha e Abrantes, só é praticável entre Outubro e fins de Março. Assinala, também, as dificuldades que têm que ser ultrapassadas pelos barqueiros. Explica as razões pelas quais as pontes de Vila Velha e Punhete não poderiam ser permanentes e qual o sistema em que operavam

⁽²⁶⁾ *Idem, ibidem*, p. 105 e ss.

⁽²⁷⁾ *Idem, ibidem*, p. 115 e ss.

as pontes construídas desde 1801. Dá-nos, finalmente, uma nota sobre o que se passou na região citada na altura da 1.^a invasão francesa e descreve, sucintamente, as características do Castelo de Abrantes, que se situa em bela posição (28).

O Marquês de Aloma, um dos militares portugueses que fazia parte da «Legião Portuguesa» ao serviço de Napoleão e que, em 1810, se encontrava como componente do Estado Maior do Exército de Massena, escreve em 17 de Fevereiro de 1810 ao Príncipe de Neuchâtel e de Wagram. Ai afirma: «....J'appartiens désormais tout entier à l'Empereur; par admiration comme par reconnaissance et par devoir. Soit que comme Notre Altesse m'a fait l'honneur de me l'annoncer par sa lettre du 25 janvier. S.M.I. veuille faire concourir mon zélé à l'expulsion des anglais de mon pays, soit à toute autre de ses grandes vues, je suis prêts à obéir: j'attends ses ordres et les Vôtres à Madrid ainsi que me le prescrit Votre Altesse.....

Esta carta acompanha um *Coup d'oeil topographique sur la manière d'entrer en Portugal*. Ai, o *Lieutenant général*, inspector do comando geral das tropas portuguesas de todas as armas, que acompanham a Legião Portuguesa, oferece à consideração dos seus chefes um bem elaborado plano, tendo em vista a entrada na fronteira e a chegada a Lisboa. Alorna considera, como Massena que a tomada de Lisboa garantirá automaticamente o domínio do país. O objectivo deve ser, pois, chegar à capital o mais rapidamente possível. Num comentário interessante o autor escreve: «....A influência de

Lisboa sobre Portugal é talvez maior do que é o usual com outras capitais, esta cidade tornou-se grande demais através da continuidade das suas relações com as suas vastas e ricas colónias, compreende cerca da nona parte da população do reino e a situação é tal, hoje em dia, na Península, que logo que se tome Lisboa, se está na posse de Portugal inteiro». Mas, o que é saliente na sua memória, é o facto de aconselhar que, após a entrada na fronteira, a linha a seguir deve ser a da Beira Baixa. Dedicar um capítulo a essa província e concluir que, com um único ataque através da Beira, se irá acelerar a submissão de Portugal, atendendo à situação de Espanha. Esta sugestão não foi seguida por Massena que tinha, também, nesta memória, bons ensinamentos sobre o caminho a seguir. Ai são apresentados pormenores, como o estado dos caminhos, os locais aptos para atravessar o Tejo, etc. (29).

(28) *Idem, ibidem*, p. 169 e ss.

(29) *Idem, ibidem*, p. 213 e ss.

O tenente general Barão de Thiébault que, em Portugal, desenvolveu grande actividade, enquanto chefe do Estado Maior do Exército de Junot, é bem conhecido, como autor da *Relation de l'Expedition du Portugal faite en 1807 et 1808, par le 1er Corps d'Observation de la Gironde devenue Armée du Portugal* ⁽³⁰⁾. Oferece-nos duas memórias que estou seguro, foram consultadas por Massena e pelo seu Estado Maior: *Reconnaissance Militaire de la Frontière du Beira* e *Examen des operations d'une Armée qui entreprendait d'en forcer le passage*, ambas datadas de 15 de Abril de 1810, e posteriormente, enviadas a Napoleão ⁽³¹⁾. Nestes seus dois estudos, em que detalha as divisões da província da Beira, as cadeias de montanhas existentes, os rios que aí nascem ou a atravessam, as principais posições militares que aí se encontram e, finalmente, as dificuldades e riscos dum exército inimigo que queira penetrar em Portugal, encontra-se discriminada e bem circunstanciada uma só direcção para a penetração da fronteira da Beira, até Lisboa: a Beira Baixa. Sobre Almeida, dá-nos os traços comuns aos autores que temos vindo a estudar: «A l'exception d'Almeida, la frontière du Beira est entièrement *dépourvue* de villes de guerre, encore est'il à observer, que indépendamment de la position de cette place qui est mauvaise, son tracé est défectueux, ses remparts totalement en relief, et les approches sur deux de ses fronts, d'un défilement facile....» ⁽³²⁾.

Este autor, na mesma linha de ideias, havia já escrito um *Plan d'une nouvelle campagne au Portugal*, com data de 12 de Janeiro de 1810 ⁽³³⁾. Também, neste estudo, se refere a Almeida dentro da linha de todos os documentos que temos citado e que deveriam ter aproveitado a Massena. «....Je n'ai point parlé des sièges de Badajos, de Ciudad Rodrigo et d'Almeida, 1.º parce que les deux premières appartiennent à la Guerre d'Espagne et que leur prise ainsi que l'occupation de la Galice, doivent necesseraiment précéder toute opération contre le Portugal; e 2.º parce que le troisième ne peut offrir

⁽³⁰⁾ Publicado em Paris, 1817.

⁽³¹⁾ O «General Thiébault enviou-nos duas boas memórias sobre Portugal. A presença deste general distinto teria sido muito útil para o nosso exército. Uma única conversa com ele, naquela altura, poder-nos-ia ter elucidado sobre tudo». Donald D. Horward, *The French Campaign in Portugal 1810-1811, an account by Jean Jacques Pelet*, edited, translated, and annotated by, Minneapolis, 1973, pp. 135-136.

⁽³²⁾ António Pedro Vicente, ob. cit., vol. III, p. 223 e ss.

⁽³³⁾ *Idem, ibidem*, p. 239 e ss.

une grande résistance et est de plus, par sa position, inutile à la conquête du Portugal..... Neste plano, Thiébault repete a ideia de outros estrategas, ou seja a tomada de Lisboa deve ser o objectivo principal. No entanto, considera que nenhuma capital do mundo é melhor defendida pela própria natureza e que poucas terão uma população tão importante: 300 000 habitantes. Acresce que, para além das dificuldades naturais, havia a ter em conta a atitude dos portugueses que considera «corajosos, sóbrios, fanatizados contra todos, subjugados até ao máximo pelos ingleses, aos quais estão ligados pelas suas relações comerciais que lhe parecem necessárias devido ao Brasil».

Acrescenta ainda Thiébault dados sobre o número de componentes dos exércitos. Assim, os franceses teriam que enfrentar um total de 30 a 40000 homens da tropa regular, mais 40000 milicianos ou «insurrectos organizados» e, ainda, o reforço de 30 a 35 000 ingleses que, como era sabido, dirigiam as operações.

Era, pois, necessário, mobilizar 100 000 homens, a fim de realizar o objectivo. Justifica o seu raciocínio, escrevendo que, se em 1807 tinha sido necessário reunir 25 000 franceses e 28 000 espanhóis para atacar Portugal, quando esse país tinha o exército com as milícias organizadas e não contava com os ingleses, era evidente que, em 1810, a situação era outra e exigia maiores forças. Este é um dos poucos autores consultados, que não considera fácil o domínio de Portugal e que comenta o carácter e a psicologia das populações.

Depois de abordar, detalhadamente, questões referentes à estratégia de ataque, de defesa e exércitos a mobilizar, o autor debruça-se sobre as dificuldades que se teriam que enfrentar na alimentação das tropas. No seu estilo realista, nota que «terá que se contar com uma extrema penúria, contra a qual não poderá oferecer solução», pois os habitantes irão mesmo ao ponto de destruir os seus recursos para que não caíam nas mãos das tropas invasoras.

São extremamente curiosos os estudos de Jean Jacques Pelet que encontramos no Arquivo Histórico do Ministério da Guerra, em Vincennes, Estes, bem como o *Account* do mesmo autor, publicado por Donald D. Horward, são testemunho valioso para o estudo da 3.^a invasão francesa e merecem observação atenta, sobre as circunstâncias desse momento histórico ⁽³⁴⁾.

⁽³⁴⁾ Donald D. Horward, *ob. cit.*, e António Pedro Vicente, *oh. cit.*, vol. III, pp. 247-353.

Acompanhando o Príncipe d'Essling na última invasão dos exércitos napoleónicos, Pelet ocupou o cargo de seu primeiro ajudante de Campo, com a idade de 33 anos, vindo a sobrepor-se, como seu conselheiro, a generais com a experiência de Reynier, Ney e Junot, que pr a ticamente não eram consultados. Este facto valeu a Massena muitas críticas posteriores, bem como algumas quezílias, enquanto o seu exército permaneceu em Portugal. Marbot, nas suas memórias, publicadas em 1891, considera que a sua promoção a primeiro ajudante de campo foi uma desgraça para Massena, pois considerava Pelet homem com pouca arte na guerra. François Nicolas Frierion, um general que esteve em Portugal durante esta campanha, no seu *Journal Historique de la Campagne de Portugal*, publicado em Paris, em 1841, segue semelhante linha de crítica. Um outro trabalho, biografando Massena, da autoria de James Marshall Cornwall, publicado em Londres em 1865, considera Pelet um hábil matemático e engenheiro topógrafo, mas um inexperiente em guerra e que, para além do mais, ao ouvi-lo em demasia, Massena ofendia gravemente oficiais de muito maior importância.

As tropas de Massena estavam, em Março de 1811, em plena retirada ⁽³⁵⁾. Pelet foi incumbido da missão de informar Napoleão sobre a insubordinação do General Ney e de ser portador de um despacho para Berthier, chefe do Estado Maior das forças napoleónicas, com notícias sobre os acontecimentos em Portugal. Aí, Massena dá o como um oficial totalmente conhecedor de todos os locais que o exército francês percorreu e oferece, ainda, nota das suas amplas aptidões como militar ⁽³⁶⁾.

As razões, mais tarde apontadas por Pelet no seu relato *Sur la Campagne en Portugal 1810-1811*, reafirmam os argumentos então apontados a Napoleão, sobre a derrota e retirada dos franceses: desconhecimento do sistema-defesa inglês (Linha de Torres Vedras) e poucos dados sobre a topografia portuguesa. Esses factos teriam levado ao abandono do território «após seis meses de fome cruel e de uma espera inconcebível» ⁽³⁷⁾. Pelet regressa ao convívio do seu exército em

⁽³⁵⁾ Durante esse mês deram-se combates em Pombal, Redinha, Casal Novo, Foz de Arouce, etc.

⁽³⁶⁾ A.H.M.G.V. (Archive Historique du Ministère de la Guerre, Vincennes), *Correspondance*. Armée de Portugal, officio do Marechal Massena para Berthier, de 22 de Março de 1811.

⁽³⁷⁾ Donald Horward, ob. *cit.*, p. 503.

26 de Abril. Já nessa altura o quartel general de Massena estava em Ciudad Rodrigo e é aí que o general tomou conhecimento do despacho em que Napoleão, através do General Foy, lhe dá ordem para entregar o comando chefe do exército ao Duque de Raguse (Marmont), para regressar a França com o seu filho e que, aí, deixasse todos os seus próximos colaboradores, incluindo Pelet. Contrariando essa ordem, Pelet seguiu Massena para Paris e, contra todas as expectativas, Napoleão concede-lhe a ordem de *chevalier de YÈmpire*, em Julho de 1811 ⁽³⁸⁾.

No seu *Project ÆExpedition au Portugal*, elaborado em 20 de Maio de 1810, o então chefe de esquadrão Pelet, antes, portanto, da ofensiva contra Almeida, alude ao conhecimento que tem de memórias existentes no depósito de guerra referentes à Beira: «D'après les Mémoires du Depot de la Guerre, le Beyra, province de Portugal qui comprend presque tout le pays entre le Douro et le Tage...» ⁽³⁹⁾. Pelet afirma que a natureza agreste estabelece bem a divisão com a Espanha, com caminhos difíceis, maus para os carros e artilharia, terras pouco férteis e cheias de terrenos inúteis. A meio, o terreno descaí sobre o Tejo, «óu il devient beaucoup plus praticable, assez plat et très fertile, cette partie est la plus faible par elle même, la moins fortifié, et celle sur laquelle doivent se diriger les lignes d'operations contre Portugal, dont la conquête ne peut se faire que dans Lisbonne».

Há, pois, aqui, uma clara indicação de Jean Jacques Pelet, no sentido da invasão seguir a linha da Beira Baixa. Alude, também, neste projecto, à fortaleza de Almeida, que considera, contra o parecer de muitos dos documentos que temos analisado, uma das praças mais poderosas de Portugal. Sabia já, nessa altura, que o quartel general do exército inglês estava em Almeida. Alude, também, às instruções de Napoleão no sentido de conquistar Ciudad Rodrigo. Vai contra o projecto do Marechal Ney que propunha o combate aos ingleses para em seguida retomar o cerco de Ciudad Rodrigo e Almeida. Critica este projecto do general francês pelos perigos de dar batalha com soldados desconhecedores do terreno e com um exército que, embora considerável, é obrigado a dispersar os seus destacamentos à medida que avança, para proteger a rectaguada. Afirma, ainda, que além de tudo o mais, é uma

⁽³⁸⁾ *Idem, ibidem*, p. 503.

⁽³⁹⁾ Este projecto é entregue a Massena, em Valladolid.

Almeida em 1810

manobra contrária aos desígnios de Napoleão e contra as suas ordens.

No seu *Projet d' Expedition au Portugal*, ao ocupar-se do sistema de guerra a levar a cabo, Pelet insiste nas instruções do governo no sentido de estabelecer as operações nas duas margens do Tejo. Parte do princípio que essas instruções são baseadas sobre boas informações e, por isso, pensa que o cerco de Ciudad Rodrigo só é determinado para distracção das tropas inimigas «car sa prise n'aidera en rien à la suite des opérations contre le Portugal» e, nessa medida, «pour entretenir l'ennemi dans l'incertitude sur les véritables projets d'attaque, il me semble qu'il serait utile de faire quelques demonstrations contre Almeida, de continuer des préparatifs pour ce siège, même pendant celui de Ciudad Rodrigo, de rassembler dans le moment des vivres au tour de ces places, comme si on devait s'y établir pendant longtemp, ou d'annoncer hautement que la prise de Ciudad Rodrigo n'est qu'un acheminement au siège d'Almeida. Lorsqu'il faudra commencer les véritables operations sur le Tage on pourrait diriger quelques attaques vers Almeida, Guarda etc. et marcher brusquement par le flanc gauche, de manière à prévenir les anglais aux défilés de Vila Velha et Abrantes, ou au moins à y arriver avant qu'ils eussent que y faire certaines dispositions de défense». Não pode Pelet ser mais claro sobre as suas intenções, e verificamos, também, como é patente o interesse de utilizar os dois fortes, como diversão, em relação a uma manobra de surpresa sobre o Tejo, apontando, sempre, repetimos, o caminho da invasão pela Beira Baixa.

Noutro estudo de Pelet, escrito após a queda de Almeida, em 7 de Setembro de 1810, observa-se uma mudança radical de ideias. Trata-se de umas notas sobre a entrada em Portugal: *Noies sur Ventrée en Portugal*, elaboradas a pedido de Massena. Agora, analisa a bacia do Mondego e as posições militares, com um objectivo definido. A cidade da Guarda, merece-lhe uma atenção especial, afirmando que sempre pensou que a conquista da província da Beira dependia da ocupação dessa cidade.

Esta hipótese não pode deixar de ser considerada original ⁽⁴⁰⁾. Tudo leva a crer, pela sua aproximação e convívio

⁽⁴⁰⁾ Esta e outras originalidades devem ter merecido a algum leitor que tomou conhecimento destas *Notes*, em 1811, o seguinte comentário: «on voit bien qu'il n'y avoit nulle connois⁶ du Pays, quand on a fai; ce project».

com Massena, que este estudo de Pelet teve boa interferência na acção que se iria prosseguir. Contra todas as indicações, escolhia-se a margem direita do Mondego e invadia-se Portugal pela Beira Alta. Efectivamente, todos os anteriores estudos, e o próprio Pelet, tinham apontado um caminho totalmente diferente. Aceitemos que uma observação sobre a posição do inimigo, determinasse esta mudança de atitude. Não há no entanto, dúvida, que se este exército se tivesse servido da enorme quantidade de estudos que estavam nos seus Depósitos de Guerra, em Paris, verificaria que nenhum apontava nesse sentido. Pelet afirma-nos ter lido estas *Notes* a Massena, no Port de la Conception, em 7 de Setembro. A presença dos ingleses e a necessidade de os combater em massa determinou, nesse momento, a direcção das operações sobre a bacia do Mondego. Acrescenta que os caminhos são melhores e neles se podem encontrar aprovisionamentos, apesar de ter a noção da desvastação que o inimigo aí fez. Tem esperança de, ao chegar a Tomar e Leiria, o corpo inglês, que ficava entre a Serra da Estrela e o Tejo, ter o seu acesso cortado para Lisboa que é, simultaneamente, o último ponto de retirada do inimigo, local do seu embarque e o objectivo principal das operações francesas.

Se o corpo inimigo se aventurasse pelo Alentejo, seria obrigado a retirar-se por um dos corpos do exército francês. Pormenoriza, ainda, neste seu estudo, com alguns erros, a bacia do Mondego e as posições militares a tomar. Admite, no entanto, as dificuldades da passagem daquele rio, para o seu lado esquerdo e pensa chegar sem problemas de maior à estrada Lisboa-Porto, sobre a Mealhada. Em 17 de Novembro, Pelet tinha ainda alguma esperança de o seu exército conseguir expulsar os ingleses e vir a estabelecer-se em Portugal. Nessa data elabora mais um projecto, a pedido de Massena⁽⁴¹⁾. O seu tom, agora, é menos optimista e algo hesitante. Aí é, também, um crítico daqueles que, anteriormente, elaboraram reconhecimentos do país, afirmando até que nenhum foi capaz de «indicar um bom projecto de defesa ou de ataque».

Reconhece que a estratégia dos ingleses era correcta e que eles «sacrificaram o país e tornaram-se donos absolutos e não aliados». Verifica que a única solução que resta ao seu exército é a tomada das praças que interceptam as principais

⁽⁴¹⁾ «Projet d'Établissement Militaire en Portugal», publicado por António Pedro Vicente, ob. *cit.*, vol. III, p. 265 e ss.

comunicações, a destruição de todos os pontos onde ingleses e portugueses procuram estabelecer-se e tomar conta dos principais rios, para que o exército possa actuar, com a máxima liberdade, entre o Guadiana e o Mondego.

Escrito em Torres Vedras e datado de 2 de Dezembro, Pelet oferece-nos, finalmente, um *Plan d'Operations militaires et d'Etablissement en Portugal*. O tom é pouco optimista. Admite que Portugal, mesmo conquistado, é difícil de conservar pois encontra-se em estado de degradação absoluta e esgotado por três longas e duras guerras. Faz um balanço dos erros cometidos pelos franceses nas anteriores invasões e, aqui, alimenta ainda esperanças ao afirmar: «Já que os ingleses se tornaram donos do mar, os franceses deverão ser donos da terra». Considera que o Alentejo deve ser o centro de operações, aventando a hipótese de uma nova invasão. É a província mais fértil e a mais fácil de atravessar e onde as Praças à medida que conquistadas, devem ser destruídas. Repete a velha questão da luta ser contra os ingleses e, daí, o único interesse de Portugal. Aí estavam os ingleses e, da guerra contra eles, dependia todo o poderio e todo o prestígio da França e de Napoleão ⁽⁴²⁾.

Os outros estudos elaborados por Pelet que encontramos em França: *Projet de passage du Tage* de 23 e 27 de Dezembro e *Nouveau projet de passage du Tage à Santarém du 28 au 30 Janvier 1811*, refletem uma estratégia de retirada, com a descrição das acções que lhe estão subjacentes ⁽⁴³⁾.

Do que aqui se deixou escrito poderemos tirar algumas conclusões sugeridas pelas fontes citadas, as quais, pela sua clareza, não deixam margem a grandes dúvidas.

A tomada das Praças Fortes de Ciudad Rodrigo e Almeida ocuparam, no seu conjunto, cerca de 5 meses, os exércitos de Massena. Admitamos, no entanto, que esse período de tempo foi aproveitado para preparar a invasão que tinha uma finalidade — Lisboa.

No que diz respeito a Almeida, ensaiou-se a prova da sua relativa inutilidade, no contexto de um plano que tinha, como objectivo, muito mais que transpor uma fronteira. Não há dúvida, no entanto, que essa Praça Forte, uma vez conqui-

⁽⁴²⁾ *Idem, ibidem*, p. 271 e ss.

⁽⁴³⁾ Como todos os anteriores do mesmo autor, in A.H.M.G.V., *Mémoires et Reconnaissances*, Carton 1357, Portugal. Publicados por Antonio Pedro Vicente, *Manuscritos do Arquivo Histórico de Vincennes referentes a Portugal*, vol. III, p. 281 e ss.

tada, poderia servir de baluarte não só de penetração em território espanhol, como também de depósito na retaguarda

de um exército que se propusesse avançar. Para tal não serviu. Na precipitação de alcançar a capital, a Praça de Almeida, reparada e bem apetrechada, de homens e de munições, ficou cortada dos diversos corpos de exército, ocupados, naturalmente, em operações consideradas mais necessárias.

Verifica-se no «Extrait du 1.^{er} Rapport présenté au Prince d'Essling», com o título geral de *Projet d'expédition en Portugal*, documento elaborado por Jean Jacques Pelet, em 20 de Maio de 1810, em primeiro lugar, que Almeida não era, necessariamente, presa a conquistar, e também, que poderia servir como factor de diversão pois, o mais urgente, era manobrar sobre o Tejo. Aliás, o próprio Pelet afirma que Massena pôs a hipótese de entrar em Portugal sem se preocupar com os citados fortes de Ciudad Rodrigo e Almeida. Só «instruções do governo» determinaram essa conquista. Muito tempo e muitos homens perdidos, custaram estas duas praças que, também, não vieram a servir de base de operações.

Os exércitos aliados parece, também, que não estavam seguros de um ataque de Massena a Almeida. Cita-se a missiva de Wellington para La Romana, de 29 de Julho que, assim, o demonstra. Dois dias após o desastre de Almeida, em 28 de Agosto, Wellington comunica esse facto a La Romana, sem «nada compreender» e aí mencionando, de passagem, que teve intenção de a ir defender. Tal não aconteceu, como é bem conhecido. O que o preocupa, e transmite esse seu receio ao seu interlocutor, é o facto de, parte das 500 000 rações de pão que aí estavam, caírem na mão dos franceses: «eis o inimigo na posse do que lhe falta para atacar este país». É certo que Wellington contou com tempo dilatado para preparar a melhor das suas defesas — a da capital portuguesa. Julgo que a sua maior surpresa, para além do sítio de que há poucos dias tomara conhecimento, foi verificar que a praça caía antes dos 90 dias previstos por Cox, seu respectivo governador.

Almeida sobre a qual os memorialistas contemporâneos são unânimes em classificar como Praça de diminuto valor estratégico e da qual o inimigo não necessitava de se amparar, para se entranhar na Beira foi, contudo, o primeiro passo para uma invasão não planificada.

Outra questão ocorre, tendo em vista a série, relativamente numerosa de documentos aqui citados. Qual a razão que levou Massena a escolher o caminho seguido que na sua primeira etapa, culmina no desastre do Buçaco? Dos estudos foca-

dos, exceptuando o de Boucheraï, que o indica sem o aconselhar, nenhum lhe alvitra tal via e Thiébault, se o cita, também não o recomenda. Pelet, como vimos no seu *rappor*t, de 20 de Maio, alude somente, como trajecto possível, o que seguia as duas margens do Tejo. Também o chefe do exército francês tinha, a acompanhá-lo, portugueses, como Aloma e Pamplona, que deveriam ser conhecedores do país. As suas indicações não foram aceites?

As memórias que, desde 1808, se encontravam no «Depot de la Guerre», em Paris, a quem serviram? Maximiano José de Serra, August du Fay, Vincent, Boucheraï, J. M. Ferreira da Fonseca, Aloma, Pelet, Thiébault, etc., não foram tidos em conta? A quem foram úteis os seus estudos? Ao exército anglo-luso?

Wellington parece hesitar, nomeadamente, não atacando os franceses que sitiavam Almeida, mantendo-se em observação e procedendo, em toda a campanha, com uma aparente calma, sem dar combate e «puxando» o inimigo aos seus mais fortes bastiões. Correu o risco da crítica fácil dos que viam o país destruído e os franceses, meses passados, a aumentar esse caos. Mas a sua posição pode compreender-se. Admite-se que não quis correr o risco da dispersão das suas tropas, dado que não conhecia as intenções do adversário. Auscultou, pois, em quase toda a campanha, o decorrer das atitudes de Massena o qual, até ao último momento, vacilou, dando jus a que apelidemos a sua invasão de carente de qualquer planificação.

A invasão de Massena caracteriza-se, também, por uma ausência quase total de informação. Sem mapas, ou com cartas obsoletas, sem indicadores, mesmo elementares, jamais poderia conhecer a toponímia do País que ia atravessar. Pode, desde já, aventar-se a hipótese de uma propositada retenção do material, que existia com profusão. Jean Jacques Pelet quase faz essa sugestão, ao afirmar: «Entretanto havia excelente material em Paris que só depois eu vi. Apesar de não ser suficiente para obter um mapa topográfico completo de Portugal, cópias desses documentos ter-nos-iam esclarecido, consideravelmente, durante as nossas operações, se tivessem sido mandados e utilizados para preencher as lacunas na nossa informação» (44). Um pouco mais adiante, no seu relato, este activo participante da invasão acrescenta: «Não podemos esquecer, por um momento que seja, pois, se tivéssemos tido conhecimento

^{f44)} Donald D. Horward, *ibidem*, p. 135.

exacto do terreno, o nosso plano teria sido completamente diferente....» (45).

Não se refere intenção propositada tendo em vista a derrota de Massena. Tão pouco se aceita a insinuação, posta a correr em França, de que a expedição de Massena foi sacrificada à inveja de Napoleão. Não se deixa, no entanto, de concluir pela profunda leviandade com que foi levada a cabo.

Causas? Muitas poderão ser focadas: as tradicionais quezílias que existiam no seio do Estado Maior de Massena podem ter contribuído para o acontecido. Nessa linha de ideias incluímos Junot, que fazia parte do Estado Maior de Massena e que conhecia Portugal. Porque não o aconselhou? Por emulação? Ou porque não foi escutado?

Não há dúvida é que Junot tinha levado consigo, para França, um manancial de documentos; os que diziam respeito à defesa de Portugal e os que foram elaborados pelo seu corpo de Engenheiros, comandados por Vincent que, durante quase um ano, percorreram o país e nos deixaram amplo testemunho das suas actividades. As duas anteriores invasões, não deram, assim, nenhum ensinamento a Massena.

(45) *Idem, ibidem*, p. 137.